

Uma Concertação pela Amazônia

Retratos temáticos – Planos e políticas de desenvolvimento

CICLOS DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

séculos
XVI-XVIII

PRIMÓRDIOS DA COLONIZAÇÃO

- Primeiras expedições
- Ocupação portuguesa: início do estabelecimento da fronteira brasileira na Amazônia
- Mão de obra escrava indígena
- Economia extrativista florestal

1870-1920

CICLO DA BORRACHA I (OURO NEGRO)

- Revolução Industrial > borracha para exportação
- Estabelecimento de Belém e Manaus como eixos urbanos
- Riqueza impulsiona construção de infraestrutura: Ferrovia Madeira-Mamoré
- Incentivo governamental para a migração de brasileiros e estrangeiros (estimativa: 300 mil nordestinos)
- 1900: decadência do 1º ciclo da borracha (competição Ásia)

1930-1940

CICLO DA BORRACHA II

- II Guerra Mundial: impulso norteamericano ao 2º ciclo da borracha
- “Marcha para o Oeste”: Amazônia vista como estratégica do ponto de vista geopolítico pelo Presidente Getúlio Vargas
- Postos de recrutamento nas capitais do Nordeste (“Novo Eldorado”)
- Decadência da borracha pós- II Guerra Mundial

década 1960

“INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR”

- Ditadura militar > discurso nacionalista
- Política econômica desenvolvimentista
- Investimentos governamentais e internacionais > nova frente: polos minerais, siderúrgicos, hidrelétricas
- Incentivos da Sudam para produção na Amazônia
- Grandes obras rodoviárias de acesso à Amazônia: Transamazônica, Rodovia Belém-Brasília
- Zona Franca de Manaus

década 1970

RECONHECIMENTO DO DESMATAMENTO

- Integração regional
- Acentuação da urbanização
- Venda e especulação de terras > 1ª regularização de terras
- Início da visibilidade do movimento ambientalista internacional

década 1980

AMBIENTALISMO

- Importância de Chico Mendes > assassinato gerou pressões internacionais pela preservação da floresta

década
(1970-) 1990

AUGE DA SOJA

- Rio-92
- Florestas no imaginário social
- Soja do Cerrado é adaptada à Amazônia
- Salto nas taxas de desmatamento
- Nova onda migratória > Sul e Sudeste

anos 2000

21 MILHÕES DE HABITANTES, PECUÁRIA, SUSTENTABILIDADE

- Agendas de sustentabilidade: serviços ecossistêmicos, economia da floresta
- Crescimento do rebanho bovino (↑ 240%)
- Política econômica neodesenvolvimentista: grandes obras de infraestrutura e logística

PLANOS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

décadas
1940-70

1953: Plano de Valorização Econômica da Amazônia

- Sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras destinados a incrementar o **desenvolvimento da produção** extrativa, agrícola, pecuária, mineral e industrial
- Setores: viação, energia, crédito, pesquisas geográficas, tecnológicas e sociais, defesa contra inundação, política demográfica, relações comerciais, organização administrativa
- Criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)

Instituição da Amazônia Legal

1954: Programa de Emergência para o Desenvolvimento na Amazônia

- Proposto pela SPVEA
- Objetivo: **integração nacional** e estabelecimento de formas para a **ocupação das terras** amazônicas e o estabelecimento de frentes produtivas pautadas na extração de matérias-primas e produção agrícola (garantia do interesse privado na política estatal)

1957: Criação da Zona Franca de Manaus e SUFRAMA

1966: Criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)

década 1970

Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND):

1972-1974: I PND > fronteira agrícola

- Plano de Integração Nacional (PIN): mecanismo financeiro para viabilizar a ocupação e integração da região ao país
- Nova etapa de **integração nacional** > ocupação produtiva da Amazônia > incentivos fiscais e do Polamazônia > criação de 15 "**pólos regionais**"

1975-1979: II PND > fronteira agromineral

- Substituição da priorização de pequenos colonos e produtores por **grandes empresas** > empreendimentos com capital intensivo e tecnologia
- **Conflitos de terras** concentrados nos eixos da colonização (RO, MT e Transamazônica)
- Expansão da "fronteira econômica" do Brasil na direção do C-O, da Amazônia e do NE

década 1980

1981: Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste do Brasil (Polonoroeste)

- Objetivos: pavimentação da estrada Cuiabá - Porto Velho (BR-364), área de considerável potencial de **produção, objeto de fluxos migratórios**. Atração de investimentos ao desenvolvimento socioeconômico ordenado da área influenciada pela estrada e à proteção do ambiente físico e da população indígena.

1988: Programa Nossa Natureza

- Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) como instrumento da PNMA articulador das **dimensões ecologia/economia** e base para orientação para a política pública

1989: Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)

- Objetivo: contribuir, como agente financiador e por meio da **participação social**, para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA
- Financiamento de **projetos comunitários**

década 1990

1990: Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7)

- Iniciativa do governo brasileiro em parceria com a **comunidade internacional**
- Fruto da expansão da consciência ambiental nacional e internacional;
- Foi financiado pelos governos dos países do G7, Países Baixos e União Europeia
- 5 linhas de ação: experimentação e demonstração; conservação de áreas protegidas; fortalecimento institucional; C&T para o desenvolvimento sustentável; lições e disseminação de conhecimentos

1995: Criação do Conselho Nacional da Amazônia Legal

1996: Programas Brasil em Ação e Avança Brasil

- Objetivo: Estado centralizar a **integração** da região amazônica como **espaço produtivo** e de políticas na **consolidação de segurança das fronteiras** e **integração latinoamericana**

Modelo militar de intervenção

Redemocratização

PLANOS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

década 2000

2003: 1ª fase da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR I)

- Inovação: questão regional tratada em **diferentes escalas** geográficas (municípios, microrregiões, mesorregiões etc.)
- Objetivo: reduzir as **desigualdades regionais** e ativar as potencialidades de desenvolvimento, **valorizando as diversidades** locais
- Um dos principais instrumentos de planejamento que adotam **abordagem territorial**

2004: Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)

- Objetivos: **redução** de forma contínua e consistente o **desmatamento**, redução e controle da **degradação florestal** e criação das condições para um modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal
- Coordenação: Casa Civil da Presidência da República (até março/2013). Decreto nº 7.957: transferência ao Ministério do Meio Ambiente. Ações de mais de 10 Ministérios
- **4 eixos**: Ordenamento Fundiário e Territorial | Monitoramento e Controle | Fomento às Atividades Produtivas | Instrumentos Normativos e Econômicos

2004: Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 (BR 163 Sustentável)

- Objetivo: fortalecimento de **políticas de gestão ambiental**, associada à criação e implementação de **áreas protegidas**, a viabilização de **oportunidades econômicas** em bases sustentáveis e a consolidação de políticas de monitoramento e controle ambiental para coibir a degradação dos recursos naturais

2007: Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

- PAC-1 (2008-2011) e PAC-2 (2012-2015)
- Conjunto de **políticas econômicas** com o objetivo **acelerar o crescimento econômico**
- **3 eixos**: Infraestrutura Logística | Infraestrutura Energética | Social e Urbano
- Exemplos de **grandes projetos na Amazônia**: AHE Belo Monte, BR-319 (Manaus-Porto Velho), AHE Teles Pires

2008: Fundo Amazônia

- Objetivo: **captação de doações** para investimentos não reembolsáveis em ações de **prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento**, e de promoção da **conservação e do uso sustentável** da Amazônia Legal, além de apoio ao desenvolvimento de **sistemas de monitoramento e controle do desmatamento**
- Até 2018: 103 projetos apoiados; R\$ 1,86 bilhões de apoio total; R\$ 1,2 bilhões desembolsados

2008: Plano Amazônia Sustentável (Ver Quadro na pág. 7)

- Plano estratégico contendo diretrizes gerais e planos operacionais sub-regionais

2009: Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC)

- Compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a proteção do sistema climático
- **Compromisso voluntário** de **redução de emissões** de gases de efeito estufa entre 36,1% e 38,9% em relação às emissões projetadas até 2020
- Implementação de medidas de **adaptação** pelas três esferas da Federação, com colaboração e participação da sociedade civil, em particular os mais vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças climáticas

2009: Programa Terra Legal

- Objetivo: simplificar e agilizar os procedimentos de **regularização de posses individuais** em terras públicas federais não destinadas, por meio da concessão de títulos a agricultores familiares (posseiros)
- Meta: de 150 mil posseiros em toda a Amazônia Legal | área de 67,4 milhões de hectares, com valor de mercado estimado em R\$ 61,7 bilhões

PLANOS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

década 2010

2011: 2ª fase da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR II)

- Objetivos: i) convergência de renda inter-regional; ii) competitividade regional e geração de emprego e renda; iii) agregação de valor e diversificação econômica; e iv) construção de uma rede policêntrica de cidades
- Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional (SNDR): colegiados nos três níveis da federação | Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR): custeio de ações de estímulo à estruturação produtiva das economias regionais, inclusive com aportes não reembolsáveis.

2012: Cadastro Ambiental Rural

2012-2013: Planos setoriais de mitigação e adaptação

- Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na **Agricultura** (Plano ABC) | Plano de **Mineração** de Baixa Emissão de Carbono (PMBC) | Plano Setorial de **Transporte** e de Mobilidade Urbana para Mitigação da Mudança do Clima (PSTM) | Plano Decenal de **Energia** (PDE) | Plano Setorial da **Saúde** para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima

2016: Plano Nacional de Adaptação (PNA)

- Objetivo: promover a **redução da vulnerabilidade** nacional à mudança do clima e realizar uma **gestão do risco** climático
- **11 setores:** Agricultura | Recursos Hídricos | Segurança Alimentar e Nutricional | Biodiversidade | Cidades | Gestão de Risco de Desastres | Indústria e Mineração | Infraestrutura | Povos e Populações Vulneráveis | Saúde | Zonas Costeiras

2017: Política Nacional para Recuperação da Vegetação Nativa (Proveg)

- Objetivo: articular, integrar e promover políticas, programas e ações para **recuperação de vegetação nativa** e impulsionar a regularização ambiental das propriedades rurais brasileiras
- Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg)

2019: Desestruturação do sistema de proteção ambiental

- Fragilização da estrutura administrativa e interrupção de planos como o PPCDAm

2019: Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR III)

- Relativa manutenção dos principais objetivos



Embora não tenha sido efetivamente implementada, a terceira fase da PNDR representa um traço de continuidade da ação estatal para o desenvolvimento regional

década 2020

2019: Criação do Consórcio de Governadores da Amazônia

2020: Criação do Conselho da Amazônia

2020-2023: Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA)

- Instrumento de **planejamento norteador das intervenções públicas** na Amazônia, com o objetivo de reduzir as desigualdades regionais
- Proposto pela Sudam
- Ministério do Desenvolvimento Regional: PRDA intenta ser um **catalisador** em todas as esferas do poder público, dos agentes políticos e da sociedade civil organizada, coordenando **iniciativas de programas de diversos setores produtivos transversalmente**

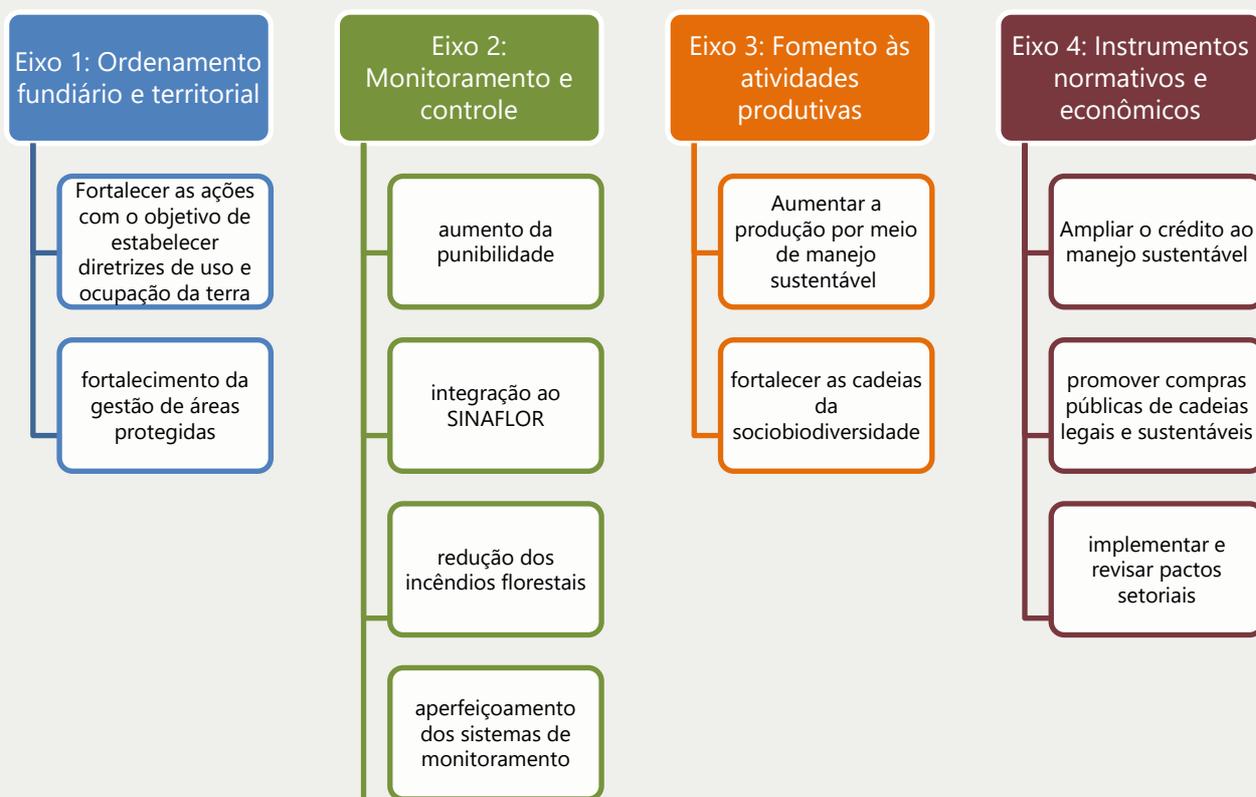
2020-2023: Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa

- Objetivo: implementação de medidas para influenciar novas dinâmicas e incentivar **modelos produtivos sustentáveis** como alternativa à supressão de vegetação nativa
- **3 temas transversais:** Ambiente de Negócios, Inovação e Financiamento
- **5 eixos:** tolerância zero ao desmatamento ilegal; regularização fundiária; ordenamento territorial; pagamento por serviços ambientais; bioeconomia

PLANOS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA: PPCDAm

PLANO DE AÇÃO PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL (PPCDAm)

- Criado em 2004
- **4 fases:** 2004-2008 / 2009-2011 / 2012-2015 / 2016-2020
- **Objetivos:** redução de forma contínua e consistente o desmatamento, redução e controle da degradação florestal e criação das condições para um modelo de desenvolvimento sustentável na Amazônia Legal
- **Desafio inicial:** integração do combate ao desmatamento nas políticas do Estado brasileiro
- **Coordenação:** Casa Civil da Presidência da República (até março/2013). Decreto nº 7.957: transferência ao Ministério do Meio Ambiente. Ações de mais de 10 Ministérios
- Junto com o PPCerrado, é instrumento para a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC, Lei nº 12.187/2009)
- **4 eixos:**

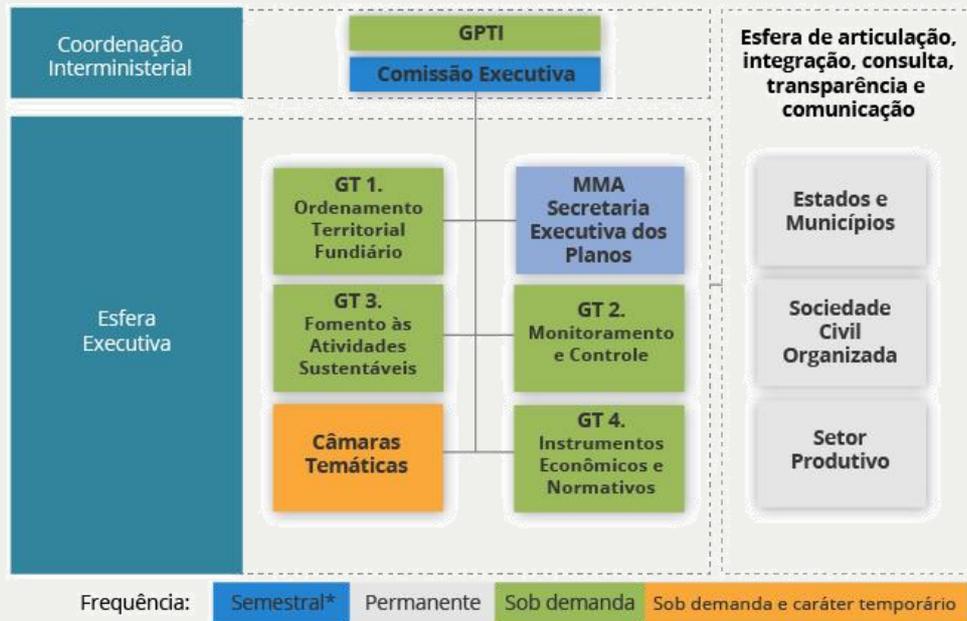


- **Principais resultados (2004-2015):** 50 milhões de ha de UCs, Homologação de 10 milhões de ha de TIs, Fortalecimento das concessões florestais (842.000 ha de florestas manejadas), Moratória da Soja, CAR, Aprimoramento dos sistemas de monitoramento Prodes, Deter, Degrad, Detex e TerraClass; Programa ARPA, Elaboração do MacroZEE da Amazônia Legal; 80 projetos apoiados pelo Fundo Amazônia; Fortalecimento da fiscalização, entre outros.

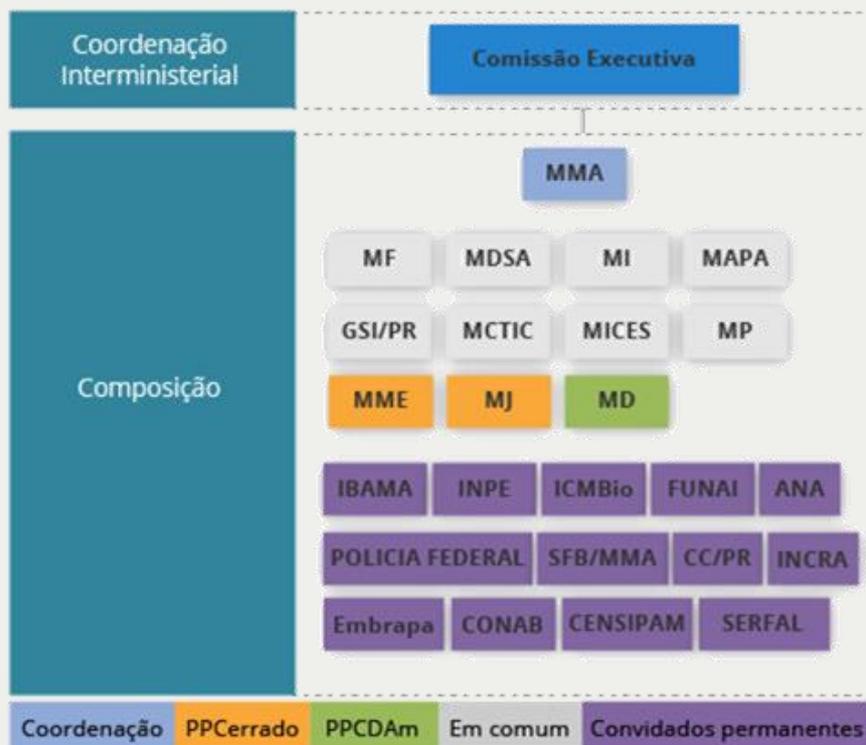
PLANOS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA: PPCDAm

PLANO DE AÇÃO PARA PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL (PPCDAm)

Modelo de governança do PPCDAm e do PPCerrado (2016-2020)



Composição da comissão executiva unificada (PPCDAm e PPCerrado)

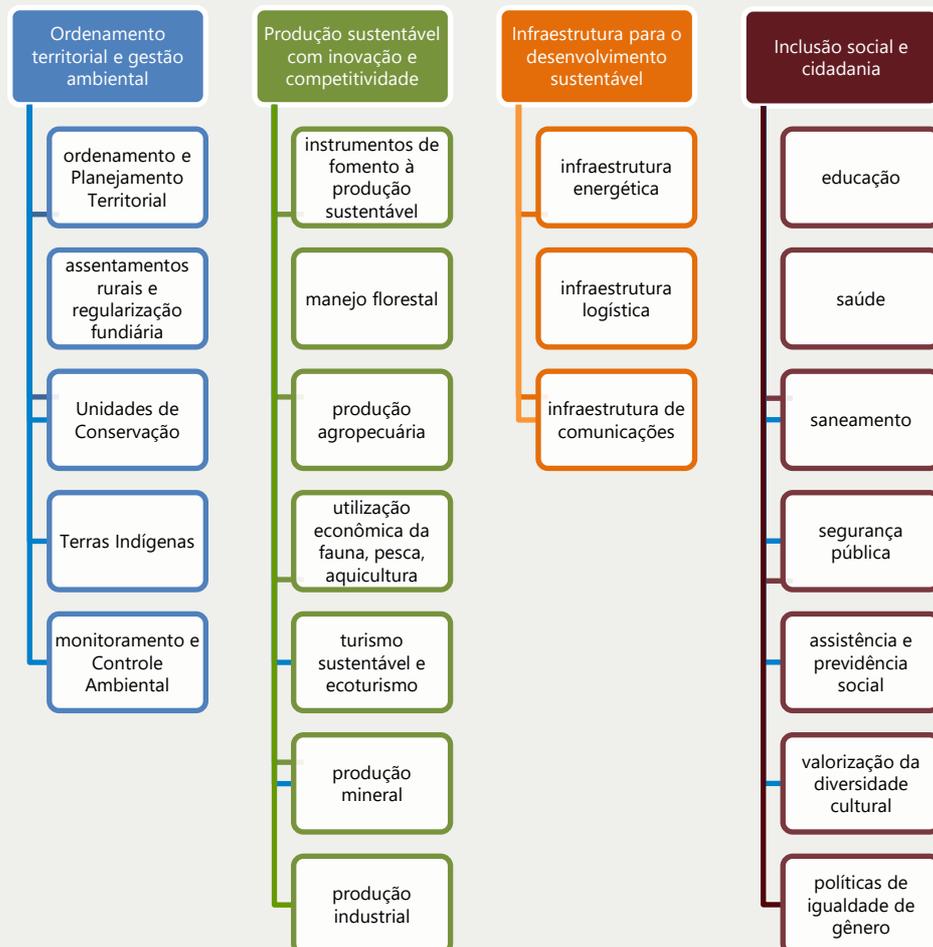


PLANOS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA: PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (PAS)

PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL (PAS)

- Criado em 2008
- **Objetivos:** promoção do desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira, mediante a implantação de um novo modelo pautado na valorização de seu enorme patrimônio natural e no aporte de investimentos em tecnologia e infraestrutura, voltado para a viabilização de atividades econômicas dinâmicas e inovadoras com a geração de emprego e renda, compatível com o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação dos biomas, e visando a elevação do nível de vida da população.
- **Desafio inicial:** ser plano estratégico contendo diretrizes gerais e estratégias para a implementação, com ações específicas materializadas mediante planos operacionais sub-regionais (ex.: Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163; Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó; Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu)
- **Coordenação:** Comissão de Coordenação Interministerial do PAS: Ministérios da Integração; Meio Ambiente; Planejamento, Orçamento e Gestão e Casa Civil da Presidência da República; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Casa Civil

- **Diretrizes:**



PLANOS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA: FUNDO AMAZÔNIA

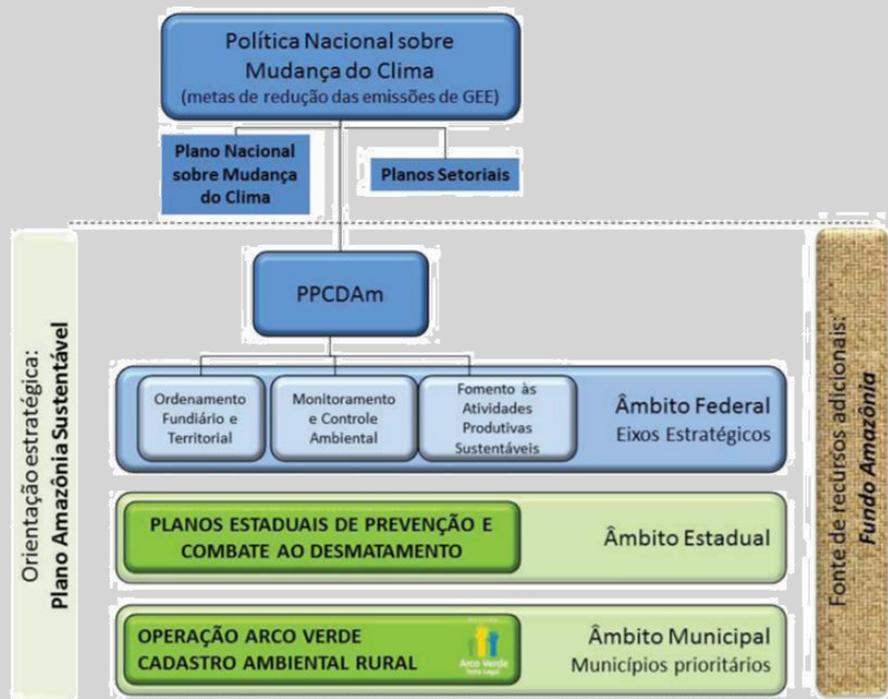
FUNDO AMAZÔNIA

- Criado em 2008
- **Objetivos:** captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal. Também apoia o desenvolvimento de sistemas de monitoramento e controle do desmatamento no restante do Brasil e em outros países tropicais
- **Governança:** gerido pelo BNDES, que também se incumbe da captação de recursos, da contratação e do monitoramento dos projetos e ações apoiados. Até 11 de abril de 2019, contava com um Comitê Orientador - COFA, com a atribuição de determinar suas diretrizes e acompanhar os resultados obtidos; e com um Comitê Técnico - CTFA, nomeado pelo Ministério do Meio Ambiente, cujo papel é atestar as emissões oriundas de desmatamentos na Amazônia.
- **Políticas públicas orientadoras:** Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm); Estratégia Nacional de REDD+ (ENREDD+); Planos Estaduais de Combate ao Desmatamento; Plano Amazônia Sustentável (PAS)

- **Focos:**



RELAÇÃO ENTRE PPCDAm, PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL, POLÍTICA NACIONAL DE MUDANÇA DO CLIMA E FUNDO AMAZÔNIA

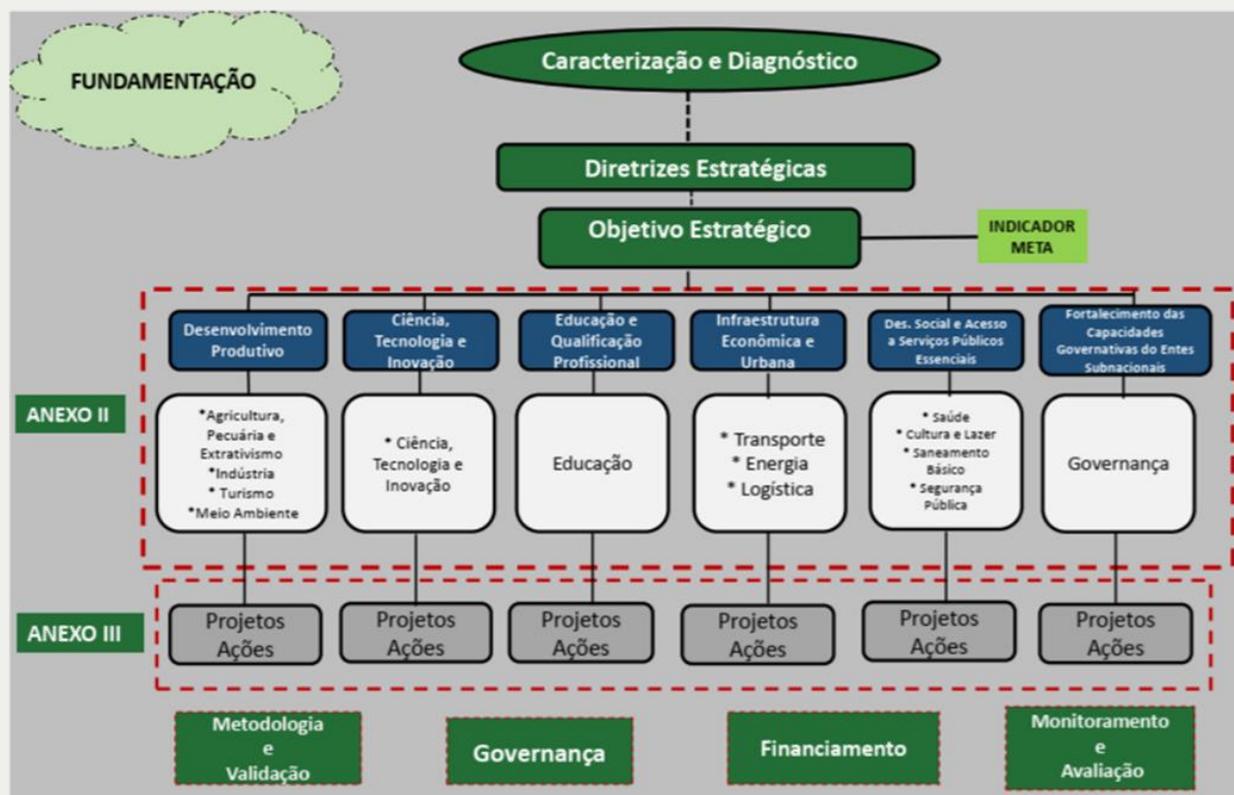


PLANOS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA: PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (PRDA)

PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (PRDA)

- Criado em 2020
- **Objetivo:** ser instrumento de planejamento norteador das intervenções públicas na Amazônia, construído de forma dinâmica e sistêmica, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Regional
- **Desafio inicial:** redução das desigualdades socioeconômicas nas escalas inter e intrarregionais, com a geração de renda e a melhoria da qualidade de vida da população.
- **Fatores norteadores:** cooperação horizontal e vertical de políticas públicas; articulação em multinível e multiescalar; relações estabelecidas entre as dimensões setoriais e territoriais; a integração das estratégias de planejamento territorial de forma sistêmica; a articulação dos recursos públicos; o adensamento dos serviços em cidades intermediárias que possuam capacidade de irradiar os benefícios para outras áreas; ampliação da participação da sociedade.
- **Financiamento:** Orçamento da União, dos estados da Amazônia Legal, do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, entre outras fontes.
- **6 eixos:** Desenvolvimento Produtivo; Ciência, Tecnologia e Inovação; Educação e Qualificação Profissional; Infraestrutura Econômica e Urbana; Desenvolvimento Social e Acesso a Serviços Públicos Essenciais; Fortalecimento das Capacidades Governativas de Entes Subnacionais.

Figura 1 – Diagrama PRDA 2020-2023



LIÇÕES APRENDIDAS - PPCDAm

Avaliação do PPCDAm (IPEA, GIZ, CEPAL)

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento (GIZ) e a Comissão Econômica das Nações Unidas para América Latina e Caribe (CEPAL) realizaram, em 2011, uma avaliação dos resultados do PPCDAm entre 2007 e 2010. Os principais resultados foram:

- O PPCDAm contribuiu de maneira fundamental para a redução do desmatamento na Amazônia e estabeleceu um novo marco de ação integrada de combate ao desmatamento ilegal na região > problema do desmatamento na região passou a integrar o mais alto nível da agenda política do governo federal, envolvendo um grande número de ministérios.
- Em relação à interface entre o PPCDAm e outras políticas públicas para a Amazônia, constatou-se, à época de sua elaboração, um cenário mais complexo e diversificado do que aquele apresentado por ocasião da avaliação dos resultados, que define o PPCDAm como braço tático-operacional dos planos governamentais estratégicos para a região. Não se verificou uma implementação coerente e integrada desses planos, e sim uma série de políticas setoriais paralelas, lideradas por diferentes ministérios e órgãos federais.
- Nas políticas de fomento de atividades produtivas sustentáveis, o PPCDAm incorpora elementos de várias políticas e programas setoriais, na medida em que estão relacionados à prevenção e ao controle do desmatamento. No entanto, essa seleção e a sua integração não ocorrem de maneira sistemática.
- Há também políticas importantes em curso na região com as quais o PPCDAm não estabelece vínculos. O caso mais relevante é o Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal (PAC), vigente à época da avaliação em 2011.
- Em outros aspectos, como para as políticas de monitoramento e controle, o PPCDAm exerce um papel de formulador de estratégias e objetivos, além de atuar como braço executor.
- Há um desnível no grau de sucesso entre as ações dos três eixos do PPCDAm, sendo que o eixo de monitoramento e controle (eixo 2) tem obtido maior sucesso quando comparado aos eixos de ordenamento fundiário (eixo 1) e territorial e de fomento às atividades produtivas sustentáveis (eixo 3).

LIÇÕES APRENDIDAS E DIRETRIZES PARA O APRIMORAMENTO DE PLANOS DE DESENVOLVIMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL

Compreensão sistêmica do território e abordagem territorial

Experiências passadas de planos de desenvolvimento da Amazônia Legal indicam a importância da compreensão sistêmica do território. Isso significa considerar as diferentes dimensões e capitais (natural, humano, econômico/financeiro, social e cultural) e escalas de governança (local, regional, federal) dos territórios, além das relações espaço-tempo, nas fases de planejamento, implementação e avaliação dos planos.

Neste sentido, a abordagem territorial vai além do “projetismo”, ou seja, da fragmentação de iniciativas e do pensamento de curto prazo. Essa abordagem foi incorporada às políticas públicas e aos instrumentos de planejamento nas duas últimas décadas.

Pensar territorialmente também implica na mobilização de três dimensões da vida social local: intermunicipalidade, intersetorialidade e permeabilidade aos interesses e à participação das forças sociais locais nos mecanismos de planejamento e gestão.

Elementos indicativos da incorporação da dimensão territorial nos processos de planejamento territorial:

- identificação prévia de nexos entre os investimentos a serem realizados e as características do tecido social e econômico local;
- existência de instrumentos de planejamento e gestão em escala intermunicipal;
- efetiva participação do poder público e da sociedade civil local nesses espaços (Lotta & Favareto, 2018).

Iniciativas de planejamento territorialmente cegas

Projetos “territorialmente cegos” tendem a trazer poucos benefícios para o território, condicionando em grande medida a eficácia da governança. Por exemplo, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) teve suas decisões centralizadas no Governo Federal, com baixa coordenação vertical entre esferas de governo.

Coordenação inter-setorial: ocorreu de maneira restrita, mesclando mecanismos de rede baseados em adesão voluntária para a cooperação entre agentes e mecanismos de hierarquia e após as etapas de formulação e planejamento dos projetos, sem análise prévia de riscos e reativa aos problemas emergentes.

Projetos de desenvolvimento territorialmente cegos são projetos cujos territórios de intervenção são considerados como meros espaços receptores de investimentos (Lotta e Favareto, 2018).

Endogeneidade e protagonismo local

Planos de desenvolvimento pensados para regiões específicas, a exemplo da Amazônia Legal, demandam o levantamento e a incorporação de atributos endógenos para gerar *ownership* das estratégias construídas e legitimidade em relação às ações propostas.

O atributo de endogeneidade dos planos está relacionado ao espaço oferecido ao protagonismo local, às demandas reais das populações e à identificação de contradições e conflitos explícitos e latentes. Estes, inclusive, devem ser endereçados pela transparência nas discussões, processos e resultados, apontando os caminhos a serem seguidos e visões propositivas para problematizar as necessidades urgentes de soluções em relação aos desafios de sustentabilidade (FGVces & IFC, 2018).

LIÇÕES APRENDIDAS E DIRETRIZES PARA O APRIMORAMENTO DE PLANOS DE DESENVOLVIMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL

Capacidades institucionais

O processo de planejamento de planos de desenvolvimento na Amazônia demanda capacidade de resposta das instituições, participação social e articulação entre setores. Em geral, o que se observa é um cenário de despreparo e sobrecarga, não apenas dos governos locais, mas também da sociedade civil, de instituições financeiras e de pesquisa, das demais esferas da administração pública e do setor privado para a articulação de ações conjuntas e que gerem impacto. O caminho não se restringe a aumentar a quantidade de recursos materiais, humanos ou financeiros, ou ainda promover ações pontuais de capacitação profissional a servidores públicos, por exemplo. Também é preciso trabalhar as culturas organizacionais e novas práticas e valores, possibilitando maior transparência, planejamento e articulação institucional rumo a novos paradigmas de desenvolvimento nos territórios (FGVces & IFC, 2018).

Formas inovadoras de governança

Em alinhamento ao aprendizado de arranjos e capacidades institucionais, experiências passadas de planos de desenvolvimento para a Amazônia indicam a importância da introdução de novas formas de governança para a sua implementação.

Isso implica em alguns elementos relevantes:

- coordenação intersetorial e interinstitucional (poder público, setor privado, sociedade civil: ONGs, academia, comunidades etc.), prevendo novos arranjos institucionais;
- coordenação intragovernamental (ministérios, secretarias, agências, autarquias etc.);
- multiescalaridade (territorial, local, municipal, estadual, federal);
- consideração por instituições formais e informais;
- governança independente de projetos e iniciativas pontuais e de curto prazo; e
- maneiras inovadoras de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, com a **instituição de espaços de participação social**.

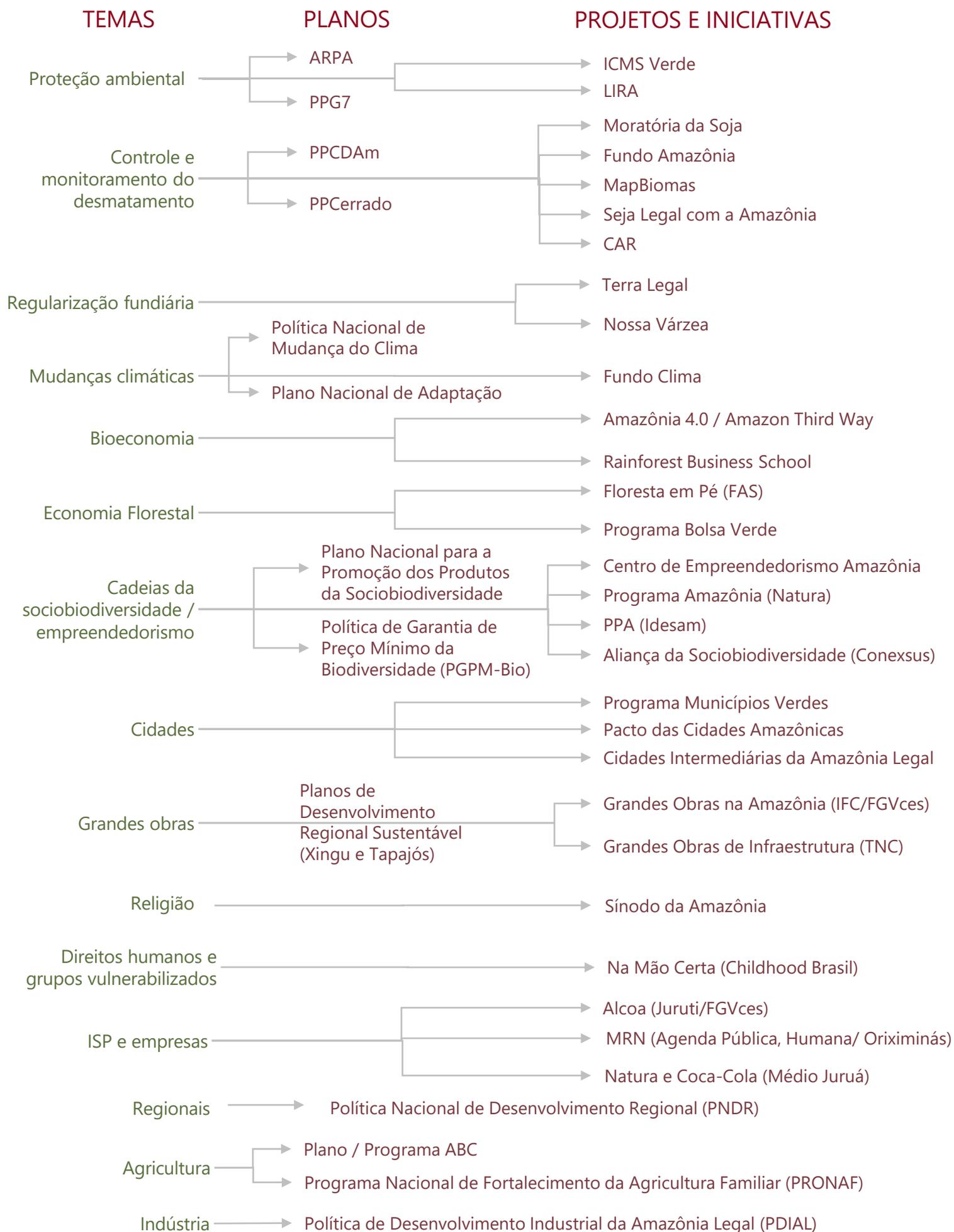


A participação social dos territórios amazônicos deve observar especialmente as populações tradicionais e indígenas, nos instrumentos e nos processos de planejamento territorial.

Integração entre diferentes processos de desenvolvimento

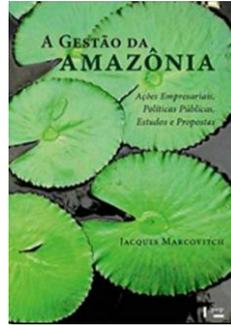
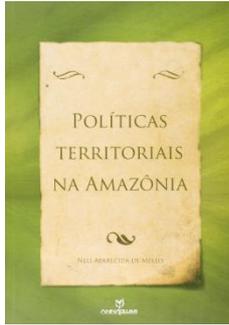
A formulação de qualquer concertação de desenvolvimento para a Amazônia Legal significa um diálogo constante com outros processos de planejamento que estejam em curso na região. Geralmente, os planos estão desconectados "verticalmente" dos planos em outras escalas jurisdicionais e "horizontalmente" de outros planos relevantes para o desenvolvimento territorial, limitando a adesão, a implementação e o "tempo de validade" dos planos territoriais. Os desafios para a integração de processos de planejamento são agravados pela frequente rotatividade dos representantes eleitos (TNC, 2017).

MAPA DE PROJETOS E INICIATIVAS POR TEMA (EXEMPLOS)

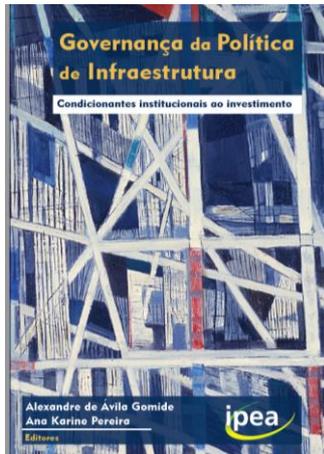


PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

livros



relatórios (clicar nas imagens para o link)



outras fontes

BBC (2009). https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/07/090722_amazonia_timeline_fbdt

COELHO, V. S. P.; FAVARETO, A.; MAGALHÃES, C.; SILVA, A. L. (2019). A governança das obras de infraestrutura no Brasil – questões para uma agenda de políticas e de pesquisa.

FAVARETO, A. et al. (2015). Territórios importam – bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil. ARTIGO – DOSSIÊ. Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade - Brasília, v. 1, n. 1: 14 – 46.

FGVces & IFC (2018). Grandes obras na Amazônia: aprendizados e diretrizes [recurso eletrônico] / Daniela Gomes Pinto, Mario Prestes Monzoni Neto, Hector Gomez Ang (org). – 2.ed. – São Paulo: FGV-EAESP/FGVces, 302 p.

GOMIDE, A. de. A.; PEREIRA, A. K. (2018). Capacidades estatais para políticas de infraestrutura no Brasil contemporâneo. In GOMIDE, A. de. A.; PEREIRA, A. K. Editores. Condicionantes institucionais à execução do investimento em infraestrutura: achados e recomendações. Brasília: Ipea, 2018.

Imazon (2013). <https://imazon.org.br/imprensa/linha-do-tempo-entenda-como-ocorreu-a-ocupacao-da-amazonia/>

LOTTA, G.; FAVARETO, A. (2018) Os arranjos institucionais dos investimentos em infraestrutura no Brasil: uma análise sobre seis grandes projetos do Programa de Aceleração de Crescimento. In GOMIDE, A. de. A.; PEREIRA, A. K. Editores. Condicionantes institucionais à execução do investimento em infraestrutura: achados e recomendações. Brasília: Ipea.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (2019). Levantamento bibliográfico dos estudos e pesquisas institucionais norteadores dos planos de desenvolvimento da Amazônia. – Belém: SUDAM.

Agradecimento

A equipe do Instituto Arapyá gostaria de expressar seu agradecimento aos pesquisadores do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV (FGVces) que revisaram este retrato temático, compartilhando seu conhecimento para torná-lo mais robusto.